

ARTIGOS

QUATRO MILÊNIOS DE EXISTÊNCIA JUDAICA.

Uma resumida História Geral israelita, dos primórdios aos nossos dias (II).

(Continuação).

— VIII —

O INÍCIO DA IDADE MÉDIA.

Geralmente poderia supor-se que os primeiros séculos da Idade Média (VI até X) representavam uma época pacata, vivida sob a égide benígna da lei talmúdica de Babel. Mas de fato, as comunidades no Oriente Próximo e Médio, que foi a área central de Israel naqueles dias, experimentaram tensões intensas, dinâmicas, criadoras. Vivia-se em territórios por onde tinham passado povos e civilizações antigas; nos seus destroços encontraram-se conhecimentos e confrontações entre os mundos os mais variados. Isto se reflete no Judaísmo Talmúdico de Babel, no Judaísmo Palestinense e na fundação de uma seita que teve então origem. Estes três mundos judaicos entraram em confrônto e competição frutíferas.

Depois do levante de Bar Kochba e do seu fracasso, muitos judeus da Palestina, humilhados pelas medidas opressivas do Império Romano e depois Bizantino, transferiram-se para Babilônia, onde, com exceção de períodos de perseguição imposta pelos sassânidas, acharam ambiente para radicar-se. Geralmente a Palestina ficou como a fonte básica de autoridade, enquanto em Babel se deu a difusão dos estudos, seguida pela era dos gaonim, "autoridades", chefes das academias, cuja incumbência foi a de interpretar para todo o mundo judaico a Lei, emitindo pareceres teológicos.

Com o enfraquecimento da força de Bizâncio, a luz da Palestina revigorou e inclinou-se para a área de estudos, bíblicos. Sabemos hoje que deve ter havido ao mínimo três edições distintas da Bíblia nos princípios da Idade Média. Além do texto tiberiano, o qual é hoje usado, houve mais um texto

babélico com o seu sistema próprio de pontuação e vocalização, assim como o texto antigo palestinese. A obra dos **masoretas** (coordenadores) de Tiberíades, do século VIII até o X, fixou o texto fiel da Escritura Sagrada e a sua exata pronúncia. A Bíblia produzida por Ben Asher e sua família e pelos seus adeptos tiberienses, chegou a ter a maior autoridade.

Também na Palestina teve origem outro ramo de atividade espiritual: uma poesia religiosa, profunda e sentimental. Durante séculos ela floresceu, sendo chamada de **Piute** e os seus compositores de **payetanim** (poetas).

O grande desafio significou a origem de uma tendência secessionista, que ameaçou o próprio fundamento da lei rabínica e a pretensão babilônica pela hegemonia, no século VIII: movimento posteriormente chamado de **Qaraim**, “aderentes do verso bíblico”. O seu vulto principal, Anan ben David de Bagdá, cêrca de 760, foi um erudito da Lei, e declarou-se em polémica contra os rabinos. E’ uma dissensão do “rabinismo” reconhecendo como autoridade exclusivamente a Palavra Bíblica, entendida ao pé da letra.

O **qaraismo** expandiu-se e encontrou seu fervoroso oponente no meio dos gaonim, pela personalidade de Saadia Gaôn, do século VIII, o qual viu o perigo que ameaçava o rabinismo da parte desta nova escola. Conseqüência benéfica foi que também o grupo dos oponentes do qaraismo teve de nôvo de dirigir a sua atenção para o estudo do texto da Bíblia. Manuscritos bíblicos de origem qaraíta são do que há de mais precioso na história daqueles dias.

O qaraismo declinou, nem tanto em conseqüência da oposição gaônica, mas quando a Palestina, dois séculos mais tarde, foi invadida pelos cruzados. Até hoje existem, especialmente no Oriente, comunidades dispersas da mais singular seita que o Judaísmo já produziu (10).

*

* * *

— IX —

OS JUDEUS DO ORIENTE NA ÉPOCA DO ISLÃO.

No século VII, mais uma vez, o Judaísmo gerou uma religião mundial, o Islão. Islão significa “harmonia”, “união”

(10). — Vide *Early Medieval Jewry*, de Norman Golb, *Jewish Heritage*, Washington, 1964, pág. 30 em diante.

por meio da qual Maomé, o seu fundador, desejava unificar as diversas tribos, pouco coesas, que em Meca, ao pé da Qaaba — uma pedra meteórica — praticavam os seus cultos astrais.

Maomé que era comerciante, tinha muitas relações com os judeus, e da convivência com êles aprendeu o monoteísmo. O Islão é religião monoteísta, a religião de Alá; — “Alá é Deus e Maomé Seu Profeta!” — As tribos árabes ainda não estavam maduras para aceitar a idéia do Deus único. Maomé falhou no seu primeiro esforço e fugiu de Meca para Medina, lugarejo no deserto. Esta fuga deu-se em 622 e foi, mais tarde, chamada de **Hedshra**, marcando a data inicial da era maometana.

Em Medina Maomé dedicou-se a intensas contemplações religiosas, cujos frutos foram reunidos no Corão, Bíblia do Islão (11). O Corão consta de 114 capítulos, chamado cada um de **Sura**, onde são reunidos hinos, contemplações, diálogos, relatos, ordenamentos e ensinamentos.

Maomé aceitou no Judaísmo não somente o monoteísmo, mas também, ensinou a descendência do seu povo de Abraão (12), que teve dois filhos, Ismael e Isaac, sendo o mais velho, Ismael, patriarca dos árabes. Introduziu, igualmente, na sua religião, as épocas cotidianas das orações e a proibição de comer carne de porco, bem como a do uso de bebidas embriagantes, lei essa que na Bíblia se encontra restrita ao Nazir, “homem consagrado a Deus”. Maomé não sabia nem ler nem escrever e, por isso mesmo, acham-se no Corão muitas referências incorretas a relatos e personalidades bíblicas.

A nova religião baseia-se nos cinco fundamentos da fé, da reza, do jejum, da caridade e da peregrinação a Meca. Ela ensina o fanatismo da predestinação: — Alá sabe, Alá tudo já providenciou! — Maomé conseguiu a união das tribos árabes e pregou como dever religioso a propagação da fé com o fogo e a espada, a “guerra sagrada”.

O Islão expandiu-se com rapidez inaudita. Maomé faleceu em 632. Apesar do desentendimento que surgiu com o problema de sua sucessão, e que provocou o cisma entre os sunitas e os fanáticos shiitas, — Jerusalém, Damasco e a Mesopotâmia, foram subjugadas em 640. Quase ao mesmo tempo, irromperam os árabes através do Egito e de toda a África setentrional invadiram em 710 a Espanha, e chegando dez anos mais tarde aos Pireneus, onde a resistência dos francos, chefiados por Carlos Mar-

(11). — Corão significa: leitura.

(12). — Chamado em árabe de Ibrahim.

telo, na famosa batalha de Poitiers, os impediu de espalhar-se por tôda a Europa Ocidental.

Maomé, na esperança de que os judeus se convertessem à nova religião do Islão, mostrou-lhes, no início benevolência, a qual, todavia, logo transformou-se em ódio feroz, quando êstes não acederam ao desêjo do reformador, o que resultou em perseguições através de leis intolerantes, praticamente até hoje em vigor no Iemen (13).

Fora da península arábica, nos territórios conquistados, as leis anti-judaicas de Maomé não foram adotadas. O Califa Omar (634-644) redigiu o código especial aplicado aos judeus em todos os domínios maometanos, determinando liberdade de culto, impedindo, todavia, sob pena de morte, a ofensa ao culto islamita, e proibindo a construção de sinagogas. Decretou, igualmente, que aos judeus não fôsse lícito andar a cavalo e que tivessem de distinguir-se dos maometanos pelo modo de vestir-se. De suma importância, porém, foi que aos hebreus deu êle a possibilidade de viverem livremente a sua vida espiritual.

A cultura mundial recebeu enorme enriquecimento pela invasão árabe, no Oriente, bem como na Espanha, onde as tribos da província da Andaluzia receberam estímulo para desenvolverem os seus dotes intelectuais.

No Egito encontraram os árabes tôda a ciência helenística, e nela conservadas a matemática, a medicina, a física e a astronomia gregas. Os seus cientistas, ao mesmo tempo médicos e filósofos, organizados em ordens e escolas, levaram êstes conhecimentos à Europa. Com amor e entusiasmo pela língua, iniciaram os estudos lingüísticos, abrindo assim o caminho da filologia. A poesia e a arquitetura receberam grande estímulo, e os vestígios da influência árabe encontram-se, ainda hoje, em quase todos os ramos da cultura mundial.

Êsse mundo tão atraente dos árabes cresceu e concentrou-se no século X em dois pontos: — Bagdá, no Oriente, e Córdova, na Espanha, — onde se instalaram colégios e academias.

Em tôda a parte onde chegou o Islão, os judeus receberam os invasores como libertadores. No Oriente, vieram salvá-los do jugo dos adoradores do fogo e, no Ocidente, da intolerância da Igreja. Foi graças ao encôntro com o mundo apresentado pelo Islão, que a cultura israelita recebeu novas idéias, novo estímulo, novos horizontes, e conseguiu produzir uma época do mais rico florescimento, desde os tempos bíblicos.

(13). — Sul da Península Arábica.

Em Bagdá, centro do Leste, com a sua vida espiritual, existia uma grande comunidade de israelitas que falavam e escreviam em árabe. A autonomia dos judeus foi respeitada, o chefe do exílio gozou de muito maior prestígio do que até então e, assim, os colégios rabínicos receberam nôvo impulso.

Já falamos dos seus presidentes, chamados de gaôn, Excelência, que se tornaram autoridade absoluta no mundo inteiro do Judaísmo. Os seus afamados pareceres acêrca de perguntas a êles dirigidas, e as suas missivas, chegaram aos países mais remotos.

A época gaônica atingiu o seu áuge na personalidade do grande gaon Saadia (892-942) de Faium, no Egito, eleito em 933 presidente do colégio rabínico de Sura, em Babilônia. Foi êle o primeiro sábio israelita que escreveu sôbre problemas da religião judaica e da sua filosofia, e que se utilizou do idioma árabe nestas suas publicações erúditas. Além disso, traduziu a Bíblia para o árabe. Nas academias islamitas de Bagdá e de Basra floresceu, nos seus dias, o Kalam, filosofia oficial da religião árabe, herdeira da filosofia grega. Saadia, com os métodos do Kalam, escreveu uma obra filosófica em que apresentou o Judaísmo ao seu mundo contemporâneo. Este livro tem, na sua tradução hebraica, o título **Emunôt Ve-Deôt** (Dos Assuntos da Fé e da Ciência).

Com isto Saadia abriu caminho para uma filosofia própria e ciência melódica da religião israelita. A sua personalidade significa o ponto culminante da época gaônica, mas não foi o único dos vultos dos gaônim. Até o seu fim, em 1040, essa instituição espiritual dedicou-se às mais variadas tarefas, entre elas à fixação da liturgia. O gaôn Amram redigiu o primeiro **Sidur** (livro de rezas) que conhecemos. Dedicou-se esta época a estudos lingüísticos, à determinação da Massora, sistema que fixa até os últimos detalhes os textos sagrados da Bíblia, como já mencionamos. Dêstes tempos chegaram-nos às mãos as mais usadas traduções aramaicas da Bíblia (**Targumim**), coleções de explicações da Bíblia chamadas **Midrash**, e as poesias religiosas dedicadas aos mais variados motivos dos serviços Divinos, as quais se denominam, com uma palavra emprestada do latim, de **Piutim**, como também já descrevemos.

*

* * *

OS JUDEUS NA PENÍNSULA IBÉRICA.

Conta-nos a Bíblia que a armada do rei Salomão chegava até Tarshish, provavelmente a cidade de Tartessos, na Espanha meridional (13a). Com certeza havia judeus na Península Ibérica desde os tempos romanos. Na época dos visigodos, a colônia israelita, que não parece ter sido insignificante, foi oprimida pela legislação clerical, de maneira que receberam no século VIII os árabes como libertadores. Estes, longe da mãe-pátria, aceitaram de bom grado a amizade dos judeus e, encontrando nos mesmos um povo parente, a camada relativamente espessa dos invasores aproveitou-se da lealdade e dos conhecimentos que os mesmos possuíam dos territórios recém-conquistados. Com o seu auxílio estabeleceram o seu domínio e a administração. Durante séculos os judeus tiveram acesso a todos os ramos profissionais, não somente à agricultura, ao comércio, à indústria, — especialmente na expansão da tecelagem de sêda, — mas até à diplomacia e aos altos cargos públicos.

O centro da vida israelita cristalizou-se na Andaluzia, no sul, onde existia o mais importante Califado, instalado em Córdova, com Abderramão III (912-961) que governou com esplendor oriental, e construiu a famosa mesquita e o velho aqueduto do Guadalquivir. As artes e as ciências floresceram na sua côrte bem como em Sevilha, Málaga e Granada. No ambiente culto da Andaluzia, rico, livre de opressão, radicou-se a coletividade israelita da Espanha árabe. Na côrte de Abderramão vivia o judeu Casdai Ibn Shaprut, conselheiro e diplomata do Califa, protetor das ciências judaicas e de seu povo. Com êle, teve início a era do judeu diplomata como o representante do Judaísmo. No colégio rabínico de Córdova ensinou Rabí Moisés Ben Chanoc, herdeiro da obra dos gaonim da Babilônia. Êle e seus sucessores transferiram a autoridade das escolas orientais para o Ocidente.

Êste desenvolvimento foi fomentado e cultivado graças à ajuda ativa de Casdai. Como diplomata do Califa, entrou em contacto com os judeus da Alemanha, por meio duma legação que recebeu do imperador alemão Oto Magno. Suas relações estenderam-se até Constantinopla e o Mar Cáspio, on-

(13a). — Cf. Eurípedes Simões de Paula, Tartessos e a rota do estanho. Boletim "História da Civilização" n. 2 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1940.

de vivia a tribo não-israelita dos cazares, como cujo príncipe manteve correspondência a respeito do desejo do mesmo de se converter ao Judaísmo.

Em tôdas as côrtes da Andaluzia, viviam conselheiros hebreus, sendo um dos mais conhecidos Samuel Ha-Naguid, homem modesto, comerciante, que em 1050, aproximadamente, foi escolhido como Vizir (ministro) da côrte de Granada.

O florescimento cultural do ambiente árabe exerceu fecundo estímulo sôbre a literatura judaica. Surgiram comentários da Bíblia, trabalhos lingüísticos, introduções ao **Talmude**, obras filosóficas escritas em hebraico ou em árabe, e após um milênio de intervalo, rejuvenesceu a poesia hebraica. Este florescimento estendeu-se para muito além dos Pirineus, atingindo e despertando o Judaísmo da França meridional, por intermédio do mundo cristão. Viviam ali até o século XIII as afamadas famílias dos Kimchi e Ibn Tibbon, naturais da Espanha, que verteram para o hebraico as obras israelitas escritas em árabe, especialmente as filosóficas e, destarte, transmitiram esta literatura ao mundo israelita europeu.

Os monges castelhanos traduziram os livros filosóficos do Islão para o latim, notadamente os dos filósofos Ibn Roshd e Ibn Sina, os quais influíram decisivamente na filosofia da Idade Média. Destacaram-se igualmente pelas idéias e tradições filosóficas que manifestaram, as obras dos israelitas Salomo Ibn Gabirol e Moisés Maimônides. Os dois autores árabes fizeram-se conhecidos como Averróes e Avicena; quanto aos filósofos israelitas, estudá-los-emos nas páginas que se seguem.

O auge da cultura do Judaísmo espanhol apresenta-se nas três personalidades de Salomo Ibn Gabirol, Jehuda Ha-Levi e Moisés Ben Maimon (Maimônides, Rambam). Nenhum dos três conhecia os demais pessoalmente; quando faleceu um, o outro quase ainda não nascera. O infeliz Gabirol (1020-1070), numa vida difícil e trágica, fêz renascer a poesia israelita, após um milênio de silêncio. Escreveu o livro **Keter Malcut** (corôa real), cujos versos são dedicados à glorificação de Deus e rezados no fim do serviço inicial do grande Dia da Expição. Possuímos, da sua autoria, uma obra filosófica inspirada pela filosofia do neoplatonismo, chamada **Mekor Chayim** (fonte da vida). Durante tôda a Idade Média foi citado o livro **Fons Vitae**, atribuído a um certo Avicebrol, o qual exerceu grande influência na filosofia cristã, especialmente naquela da ordem dos Franciscanos. Ora, no século passado, verificou o cientista israelita Salomão Munk, em Paris, que a **Fons Vitae** era,

simplesmente, a tradução latina, feita por monges, do **Mekor Chavim**, de Ibn Gabirol.

De 1088 a 1140, aproximadamente, viveu Jehuda Ha-Levi, mais conhecido do que Gabirol, como poeta hebraico. A sua vida, da qual se sabe bem pouco, não parece ter sido triste, como a de Ibn Gabirol. Dizem que era médico. A poesia do jovem testemunha a sua alegria de viver. A obra prima poética do homem maduro são as **Siônidas**, hinos escritos com o coração que transborda no seu entusiasmo e profundo amor pelo povo de Israel e na sua saudade de Sion, que o impeliu a fazer uma peregrinação à Palestina, onde se perderam os vestígios de sua vida. Conta a lenda que um árabe, não vendo Jehuda Ha-Levi ajoelhado, rezando nos destroços do Templo, passou a cavalo em cima dêle, e o matou. Parte das **Siônidas** integram a liturgia do 9 de av, dia de luto israelita pela destruição do Templo de Jerusalém.

Da autoria de Jehuda Ha-Levi, possuímos um livro filosófico, escrito em árabe, o **Kusari**. Referindo-se à correspondência de Casdai Ibn Saprut com o príncipe dos cazares, desejoso de converter-se à religião israelita, Jehuda Ha-Levi desenvolve, em um diálogo daquele príncipe com um rabino e representantes de outras religiões e filosofias, as suas idéias sobre Israel e sobre sua religião.

Todo o século XII é dominado pelo vulto de Moisés Maímônides (1135-1204). Nascido em Córdoba, centro espiritual do Islão e do Judaísmo daqueles dias, estudou êle na Universidade árabe e nos colégios rabínicos da sua cidade natal. Durante a invasão dos almóadas, tribo meio selvagem que veio do norte da África para a Espanha, refugiou-se em Fez, em Marrocos, passando, mais tarde, a residir em Fostat, subúrbio do Cairo, onde se estabeleceu como médico, depois de ter a sua família perdido tôda a sua grande fortuna. A sua competência de médico logo tornou-se notória, e o Sultão do Cairo convidou-o para assumir o cargo de médico da côrte.

Naqueles dias, escreveu êle a Samuel Ibn Tibbon, tradutor das suas obras árabes para o hebraico:

“Moro em Fostat, o Sultão reside em Cahíra; entre as duas cidades há uma distância de duas léguas de Shabat. Estou muito ocupado com o Sultão, tendo todos os dias de visitá-lo na madrugada. Se alguém da côrte estiver doente, não posso sair de Cahíra. Mas, também, quando não há nada de extraordinário, volto somente à tarde para casa. Chego à minha residência, encontrando tôdas as salas cheias de homens, não-judeus e judeus, no-

bres e pobres, juizes e officiais, amigos e estranhos, todos à minha espera. Entro, lavo-me, pedindo aos meus crientes permissão por alguns momentos para tomar uma pequena refeição. Depois, fico occupado com o tratamento dos doentes, e escrevo receitas. Assim, vai até altas horas da noite, de maneira que, muitas vêzes, estou tão fraco que não posso mais falar. Ninguém da comunidade pode me interrogar durante a semana sôbre assuntos religiosos; sòmente ao Shabat a maioria dos membros da comunidade vem visitar-me, e eu dou as instruções para a semana em curso”.

Este médico occupadíssimo tornou-se o maior rabino de todos os tempos. Possuimos, da sua autoria, missivas e respostas sôbre os mais diversos assuntos da vida religiosa e da medicina. Numa obra de catorze volumes, escritos em um hebraico esmerado, chamada **Mishnê-Tora** (Recapitulação da Lei) ou **Jad Ha-chasaka** (a mão forte) êle nos deu a codificação de tôda a lei rabínica do **Talmude**, seguindo o exemplo do estudo preliminar feito pelo seu mestre, Rabi Isác Alfassi, **Rif**, de Fez, falecido em 1103, em Lucena. Ainda hoje, a **Mishnê-Tora** é a obra básica para orientar-se na tradição rabínica. Moisés Maimônides não era apenas a grande autoridade teológica; êle pertenceu ao meio daquelas personalidades raras, escolhidas, cujo trabalho filosófico influiu profundamente, durante séculos, até a época moderna, no desenvolvimento do espírito filosófico europeu. O seu livro **Morê-Nebuquim** — Guia dos Desnorteados, — escrito em árabe, na sua tradução latina mui conhecida como **Doctor Perplexorum**, transmitiu, após séculos de esquecimento, um quarto de milênio antes da época clássica do Renascimento, a filosofia original de Aristóteles ao mundo europeu, estabelecendo uma íntima harmonia entre a mesma e a religião israelita. Eis a pré-história do redescobrimento de Aristóteles por intermédio de “Moisés Judéus”, como Maimônides foi chamado pela filosofia medieval!

A filosofia dos gregos fôra levada ao Oriente pelo Hellenismo. Na Grécia e em todo o Ocidente, fôra esquecida e perdida nos tempos das grandes migrações dos povos. No Oriente, ela fôra conservada nos colégios dos médicos e filósofos árabes. Estes por sua vez, levaram-na consigo às grandes Universidades do Islão na Espanha, onde Maimônides, em Córdova, a estudara. O **Morê Nebuquim**, na sua tradução latina, trouxe à Europa medieval a filosofia clássica grega, de Aristóteles.

Depois da morte de Maimônides, houve muito desentendimento no seio das comunidades israelitas a respeito do **Morê Nebuquim**. A época não estava preparada para a compreensão do vulto deste homem e da sua obra.

Chegou-se a tal ponto que houve excomunhões e até denúncias das publicações perante a Igreja, bem como a incineração dos seus livros pela Inquisição, em Montpellier, na França. Os judeus da Europa meridional, em todo o século XIII lutaram por este homem e por sua fé. Enfim, um de seus discípulos, Rabi Moisés Ben Nachman (Nachmânides) conseguiu acalmar os ânimos de maneira que os rabinos, finalmente, consentiram em reconhecer o **Morê**, sob a única condição de que a mocidade não estudasse o mesmo com menos de 25 anos de idade.

Com Moisés Maimônides, o Judaísmo atingiu o seu apogeu no meio do Islão. O enfraquecimento do poder árabe e, em sua consequência, a intolerância cada vez mais aguda, destruíram o ambiente da época áurea que significam os séculos vividos na Península Ibérica sob o domínio muçulmano e nas suas dependências.

* * *

— XI —

OS JUDEUS SOB O DOMÍNIO DOS IMPERADORES E PAPAS.

Na companhia das legiões romanas, no primeiro século da nossa era, os judeus chegaram à Renânia e à Gália. Escavações feitas nos lugares onde existiam castelos romanos, provaram a sua presença nos mesmos, especialmente na cidade alemã de Trier. Em 321, o imperador Constantino-o-Grande assinou um decreto que diz respeito à comunidade israelita da cidade de Colônia, sendo este o mais velho documento que se refere aos judeus da Alemanha (14). A sua situação até o século XI não parece ter sido dificultosa. Alternavam-se tendências anti-judaicas provocadas pela Igreja, com a política de conceder privilégios, no intuito dos judeus intensificarem o comércio e o tráfego nos territórios do Leste europeu. Carlos Magno, em 800, criou a instituição do bispado dos judeus, estabelecendo uma representação oficial dos israelitas no seu Império que

(14). — Vide o excelente catálogo do Monumenta Judaica, Exposição de Colônia, 1964.

abrangeu os territórios da Alemanha, França e Itália de hoje. Este desmembrou-se com a sua morte, e desde então, nos séculos que se seguiram, a Europa tremeu de guerras e de perturbações. Príncipes levantaram-se contra príncipes, o imperador contra o papa; êste ameaçou os insubmissos de excomunhão; a Igreja grega rivalizou com a latina, até que se efetuou em 1054 a ruptura definitiva. Na desordem geral, cresceu o poder dos papas. O imperador Henrique IV foi, em 1077, a Canossa subjugar-se com os pés nus, ao papa Gregório VII. O poder central do imperador desfêz-se em favor dos príncipes territoriais.

Nesse mundo desequilibrado, no auge das dificuldades, teve início a pregação das Cruzadas para congregar os povos descontentes e unir os príncipes e Estados discordes. Com as Cruzadas, o florescimento das colônias israelitas foi brutalmente sufocado. A miséria chegou quase que inesperadamente. Poucos anos antes de 1096, data em que se iniciou a primeira Cruzada, o bispo da cidade de Espira, na Renânia, orgulhava-se de ter prestado um bom serviço à sua cidade, anexando a ela uma vila de judeus com bastantes privilégios para que os mesmos incrementassem o comércio e o tráfego no rio Reno.

Durante a festa de Pesac de 1096, chegou uma mensagem emocionante aos judeus das três comunidades mais importantes da Renânia: Espira, Worms, Mogúncia. Essa notícia que veio de Paris, insistia para que os israelitas da Renânia suplicassem a Deus pela vida de seus irmãos infelizes da França, à mercê das hordas dos cruzados. Em resposta, prometeram os judeus da Renânia rezar pelo bem de seus irmãos franceses, agradecendo, ao mesmo tempo, a Deus por poderem viver em paz.

Poucas semanas depois, na festa israelita de **Shavuôt** do mesmo ano, as hostes chegaram às margens do Reno, aniquilando milhares de judeus, aos quais a própria Igreja, inclusive o arcebispo de Mogúncia, não conseguiu dar proteção contra o fanatismo das massas.

A partir dessa data veio perseguição após perseguição. Depois de dois séculos de Cruzadas, no século XIV, durante as guerras contra os turcos, foram aniquilados os judeus sob o pretexto de terem envenenado os poços de água e assim causado as epidemias que vieram em consequência das perturbações que sacudiram a Europa. A partir do século XIV, na Alemanha, existem somente poucas comunidades de israelitas, com

um número reduzidíssimo de almas, enquanto as massas se tinham refugiado no Leste Europeu.

A situação dos judeus na França, de onde se propagara a primeira Cruzada, era parecida com a dos que se encontravam na Alemanha. Durante alguns séculos, viveram protegidos pela legislação de Carlos Magno e, no século XII, foram vítimas das arbitrariedades dos soberanos. Durante o govêrno de Luís IX, a opressão chegou ao auge em 1254, quando foram expulsos dos domínios reais e confiscados os seus bens, móveis e imóveis, para que a Corôa pudesse fazer face às despesas das Cruzadas. Já em 1242, após uma disputação pública da fé, foram incinerados 24 carregamentos de livros hebraicos. Em 1306, Filipe-o-Belo decretou a expulsão integral dos judeus, reamitindo-os em 1315, obrigado a isso pela insistência do povo, dos nobres e do clero. Em 1394, Carlos VI expulsou 100.000 judeus no período de um mês, confiscando-lhes os bens. Só em Avinhão, que era domínio papal, não perderam os seus lares, vigorando todavia, também ali, as restrições impostas pelo clero. Na França meridional, no Languedoc, os judeus viveram primeiramente em condições extraordinárias. Em Narbonne, a conceituada família dos Kalônimos foi considerada por Carlos Magno como uma dinastia de reis judaicos. Os condes confiaram aos israelitas altas funções administrativas, ficando porém, a partir de 1250, — em consequência de guerras religiosas, — forçados a não mais tolerar os mesmos nas suas côrtes. De então em diante, a sorte dos judeus do Languedoc tornou-se igual à de seus irmãos, os judeus da França .

Na Inglaterra, possivelmente, viviam êles desde os tempos do domínio romano. Notícia sôbre uma coletividade israelita datam da época que se seguiu a 1066, ano da conquista pelos normandos. No século XII, receberam a *Cartha Judaeorum Angliae et Normanniae*, parecida com o regulamento que vigorava no império de Carlos Magno. Os reis consideraram-nos como suas propriedades, para dêles roubarem e extorquirem o dinheiro. No século XIII, trezentos judeus foram espoliados dos seus bens e executados em Londres. Os demais foram expulsos em 1296, tendo sido, também, confiscados os seus bens ainda existentes.

O único país em que, durante a Idade Média, floresceu a colônia israelita, poupada da opressão, foi a Sicília, em cuja capital, Palermo, fôra educado e governou o imperador alemão Frederico II. O mesmo redigiu a "Lei dos Servos da Câ-

mara Imperial”, — na sua intenção nobre, o mais culto e humano regulamento medieval da situação dos judeus. Na Sicília, encontravam-se, em um ambiente livre, os mundos cristão e árabe e os hebreus participaram grandemente da criação e do desenvolvimento do espírito independente das ciências, fornecendo filósofos, teólogos e um grande número de médicos afamados bem como de artífices, comerciantes e fazendeiros.

*

— XII —

NA IDADE MÉDIA CRISTÃ.

Esclarecendo a situação psicológica reinante àcerca dos judeus na Idade Média cristã, escreve Salo W. Baron (15):

“Existia nessa época dicotomia entre os conceitos populares e a doutrina oficial da Igreja e do Estado, com referência aos judeus. Apesar das doutrinas oficiais dominarem a legislação, as atitudes populares influenciaram de igual maneira nos destinos do povo judaico. Por exemplo, a Igreja freqüentemente usava o termo “a perfídia dos judeus”. No modo de se expressar da lei canônica, “perfidia” não designava necessariamente “atitude traiçoeira”; muitas vèzes sòmente significava credo errado, ou falta de credo nas doutrinas cristãs. Apesar de serem os judeus gente que se recusava ao credo cristão, a Igreja ensinava que tinham de ser preservados como testemunhas para a verdade do Cristianismo, ficando, todavia, retidos em nível social muito baixo. A mentalidade popular, porém, não fazia distinções tão refinadas. Ela não acompanhou a doutrina da Igreja, a qual conjugava tolerância com discriminação e segregação. O cidadão comum qualificou os judeus como traiçoeiros e heréticos, e portanto indesejáveis. Se na sexta-feira santa durante séculos se rezava pela salvação dos “pérfidos” judeus e se externava a esperança que em um dia futuro o mundo iria ver a luz e converter-se cristão, o homem do povo entendia nesta prece sòmente a qualificação do judeu como tendo face dupla e de ser condenado a ser removido. O Papa João XXIII, de saudosa memória, eliminou esta sentença “os judeus pérfidos” da liturgia da sexta-feira santa em 1963. — De forma similar, a história da crucificação de Jesus relatada nos Evangelhos e recitada em tôdas as escolas e igrejas, teve tremenda influência na his-

(15). — *Jewish Heritage*. Washington, Spring, 1964, págs. 13-14.

tória do anti-semitismo. Pois, também neste assunto, a mentalidade popular desprezava tôdas as distinções e nuances implícitas na tradição eclesiástica, e simplesmente apresentava os judeus como deicidas, exclusivamente responsáveis pela crucificação. Enquanto no Nôvo Testamento existe uma descrição eqüidistante, nas obras medievais da Paixão, que ainda são postas em cena na Europa hodierna, o judeu é o único responsável pela crucificação e é identificado com o judeu contemporâneo. Certas acusações populares, como a dos judeus terem envenenado as águas, foram aceitas sem crítica. Durante a pestilência da Morte Negra (1348-1349), a Europa central e ocidental perdeu mais de um têrço da sua população. Em muitas comunidades até três quartos foram dizimados; as massas ficaram horrorizadas pelo terror e o bode expiatório foi o judeu, acusado de ter colocado veneno nas águas, no intuito de procurar vingança pelas perseguições; judeus na Germânia, em partes da França meridional, da Espanha e da Itália foram quase integralmente eliminados pelos massacres.

Na Idade Média outro crime foi atribuído aos judeus: o de profanar a hóstia, por ela representar sangue e corpo de Jesus (16). Apesar de todos os pareceres em contrário a êste mito, sempre houve gente crédula. A segunda acusação, igualmente persistente, é a do crime de se usar sangue cristão para fins rituais. Tinha havido essa incriminação da parte dos romanos pagãos, contra os cristãos no mundo antigo, e não contra os judeus. Ôbviamente esta herança folclórica foi dirigida posteriormente contra os judeus, e teve sua origem no século XII. Não é simples matéria de passado. A partir do século XIII, um papa após outro condenou a acusação de sangue. Em 1540, escreveu o Papa Paulo III aos bispos da Polônia, Boêmia, Hungria:

Ouvimos com desprazer acêrca das queixas dos judeus dêstes países, porque em anos magistrados e funcionários, inimigos cegos e mortais dos judeus, obseados por ódio e inveja, ou mais provável por estupidez, declaram, no intuito de lhes roubarem seus bens, que êstes teriam matado pequenas crianças e bebido o sangue das mesmas.

No século XIII também, Frederico II, Imperador do Santo Império e Rei da Sicília, grande e esclarecido monarca,

(16). — Bruxelas, 1370, Paris, 1285, etc.

convocava um congresso internacional e solicitou a cooperação dos reis da França, Inglaterra e de outros países, enviando-lhe trechos da Lei Judaica. Este congresso unânimemente decidiu que não existia nem sombra de veracidade acêrca da “acusação de sangue”. De ordem diferente é a lenda do “judeu eterno”, o “judeu errante”. Aquela história, simbolizando todo o povo israelita, migrando de lugarejo para lugarejo, sem moradia permanente, rejeitado e tratado com desprezo pelos vizinhos, tornou-se uma das histórias notáveis da literatura mundial. A brochura original apareceu na Alemanha em 1602; nos dois séculos subseqüentes ela reaparece em 188 edições em diversas línguas, inspirando entre outros a Goethe, Shelley, etc. O Professor Minor, que estudou o fragmento do **Judeu Eterno** de Goethe, descobriu que entre a obra do mesmo e o ano de 1930, nada menos de 480 livros em diversas línguas européias trataram deste tema.

Tôdas estas lendas abstrusas, irracionais, exerceram grande influência na História, por ser esta em grande parte formada por forças irracionais. O nazismo, por exemplo, em muitos aspectos tem sido outro prolongamento de tais irracionalidades medievais.

Não poderíamos finalizar êste triste relato, sem mencionar que o espírito da renovação promovido pelo grande Papa João XXIII, de saudosa memória, e continuado pelo seu erudito sucessor do Vaticano, o Papa Paulo VI, acaba de se manifestar através do Concílio Ecumênico II, no domínio da fraternidade aplicada a todos os povos e credos. Nada poderá sufocar as forças espirituais que estão criando uma nova atmosfera de compreensão humana e de ajuda mútuas. A obra do espírito humano sob a orientação Divina é um dos mais preciosos êxitos da atualidade que vivemos.

Já explicamos: a legislação clerical, que em tôda a parte determinou a atitude dos Estados para com os judeus, foi orientada entre dois pontos de vista. A Igreja tolerou-os por amor ao próximo, protegendo-os, em geral, contra a calúnia e a opressão. Ao mesmo tempo, porém, a Igreja que se considerava conservadora da tradição eclesiástica, estava em decidida oposição à religião israelita e aos fiéis da mesma. O papa Gregório Magno (590-604), orientador dessa política papal, era contra qualquer violência e em favor de garantir aos israelitas a segurança da vida e da propriedade. O IV Concílio do Latrão (1215), introduziu as mais severas restrições, ordenando a aplicação do “distintivo amarelo”, antigamente símbolo da peste,

e vestes especiais para os judeus. A partir do século XIII, encontramos a Inquisição aplicada aos livros hebraicos, e as disputas públicas da fé, bem como uma espécie de prédica cristã dedicada à conversão dos judeus. Nestes tipos de disputas tentou-se usar a própria Bíblia judaica como prova contra o Judaísmo; por isto foram êstes empreendimentos especialmente humilhantes. A execução dos desejos papais era, em primeiro lugar, confiada às ordens dos monges dominicanos e franciscanos.

A situação jurídica, até a época de Carlos Magno, em 800, baseava-se, em geral, nos privilégios concedidos a certas comunidades ou pessoas, pelo soberano ou príncipe territorial, o qual, em muitos casos, era o bispo. A partir de Carlos Magno, foram os judeus considerados como vivendo sob o direito aplicado aos estrangeiros. Com o decorrer dos tempos, especialmente n século XI, durante o governo do imperador Henrique IV, introduziu-se a praxe de colocá-los sob proteção imediata da câmara imperial, como estrangeiros, para pagamento de tributos especiais. O Imperador Frederico II, educado e residente na Sicília, em um ambiente de ampla compreensão e liberalidade, redigiu, com espírito culto e clarividente, êsse regulamento que declarou os judeus como sendo "Servos da Câmara Imperial", súditos imediatos do imperador.

Devemos lembrar que o Estado medieval era organizado em corporações e somente por ser membro de uma corporação era possível ao indivíduo, por exemplo, exercer uma profissão. Ora, estas corporações, às quais cabia a representação das respectivas camadas sociais e até parte da jurisdição, admitiam como membros somente aquêles que professavam a fé cristã, excluindo, portanto os judeus de todos os direitos civis, inclusive o do exercício de atividades profissionais. Diante disso, compreendemos a significação do regulamento que os considerou como súditos imediatos da câmara imperial, eximindo-os da arbitrariedade das corporações, dos príncipes, das municipalidades. Êste estatuto, todavia, inicialmente de influência benéfica, tornou-se uma praga, quando no correr dos séculos, os imperadores começaram a considerar os judeus com tôdas as suas posses, como sendo quase os seus escravos, à mercê da corôa. Esta situação agravou-se ainda mais, quando, como na Alemanha, se enfraquecia o poder central do imperador até tal ponto, que nem teve mais força para proteger os "servos da sua câmara". Enfim, em 1356, na **Bulla Aurea**,

todos os príncipes e municipalidades das cidades-livres foram autorizados a introduzir um sem-número de taxas especiais a serem cobradas dos judeus. No fim da Idade Média, os imperadores débeis não conseguiram mais impor a sua autoridade nem às cidades nem aos príncipes. Muitas vêzes, entre as condições que puseram fim a lutas e guerras domésticas, havia uma que permitia serem canceladas, em nome do imperador, tôdas as grandes dívidas das cidades e dos príncipes contraídas com os judeus.

As comunidades israelitas tiveram a sua administração própria, com direitos de residência restritos a um bairro a êles destinado. Isto, em princípio, não era nada estranho, pois era costume que cada corporação vivesse em um bairro a ela reservado. Mas o quarteirão dos judeus, chamado **Ghetto**, foi em geral pequeno demais, escuro, com falta absoluta de higiene por causa da super-população. Quando um judeu viajava, cada um dos inúmeros territórios semi-autônomos da Europa Medieval cobrava-lhe taxas de "salvo-condutos". Quando, de noite, ou durante as procissões da Igreja, tinha de sair do seu bairro, era obrigado a pagar uma licença especial. Quando havia cerimônias públicas, como a coroação do rei ou imperador, os judeus eram internados no **Ghetto** e onerados com taxas especiais, cuja renda financiava o espetáculo público.

Nos primeiros séculos, na Itália, Espanha e França, sempre houve judeus entre os agricultores, mesmo contra a oposição da Igreja. Também na Alemanha, era-lhes inicialmente possível comprar imóveis para a lavoura, praticando êles ainda a agricultura em 1200, e muitos dêles possuíram até propriedades urbanas. O "Livro dos Fiéis", obra religiosa e educativa do Judaísmo medieval alemão, pronuncia-se muito em favor dos que praticam a agricultura. Desde o século XIV, os direitos de comprar e possuir imóveis foram cada vez mais restritos. Nos primeiros séculos da Idade Média, os judeus do Mediterrâneo dedicavam-se à navegação e ao comércio internacional. Trafegavam nas grandes estradas internacionais, falando muitas línguas e dispondo de amplas relações econômicas. Eram especialistas no comércio internacional de mercadorias, exportando do Ocidente sêda, peles, sapatos e importando especiarias, armas, tapetes, jóias — enfim todos os produtos do Oriente. Nessa época, encontramos-los ainda como artífices, alfaiates, padeiros, ferreiros, pedreiros e curtidores.

No ^{auge} da Idade Média foram excluídos de tudo isso, pois que as corporações cada vez mais monopolizaram o exercício

de quase tôdas as profissões, exigindo que os seus membros fôsem cristãos. Desde então, os judeus foram forçados a se ocupar de profissões deixadas pelas corporações como desonestas: o comércio de materiais usados e o de dinheiro. Os riscos de tais negócios de crédito tiveram como consequência a cobrança de juros muito elevados, porque — como já foi mencionado — muitas vêzes, por simples ordem governamental, as dívidas contraídas com judeus eram anuladas. Esse comércio de dinheiro era a forma medieval do pequeno empréstimo levantado pelos artífices, lavradores, pequenos homens de negócios; e a Igreja não teria podido proibir tal ramo de atividades aos seus fiéis, se não houvessem existido os judeus, forçados a estas atividades pela legislação que os excluira das profissões “honestas”. Foi abertamente declarado que as autoridades deixaram os judeus encher-se com dinheiro como uma esponja com água, para em seguida espremê-los por completo.

Apesar de tôdas as difamações possíveis, aconteceu em tôda a parte que ainda continuavam a ser amigos dos cristãos. E essa amizade, dia a dia, procurava-se destruir com uma propaganda sistemática de calúnias, como a temos descrito. Vários papas, em épocas diferentes, qualificaram, nos seus pareceres, tais acusações de meras calúnias, e confirmaram que a religião israelita nunca, de forma alguma e em época, alguma, admitiu tais crimes.

*
* *
*

— XIII —

A VIDA ESPIRITUAL DOS JUDEUS NA IDADE MÉDIA.

Os judeus viveram, na Idade Média, concentrados em bairros apertados, com ruas estreitíssimas, sem higiene, sem jardins, até mesmo sem ventilação. Em volta do quarteirão, cuja população crescia sem que houvesse espaço para novas habitações, foi construída uma muralha com um único portão de acesso. Este portão era severamente guardado pelas autoridades municipais. Antes do anoitecer era fechado com trancas de ferro, e só depois da madrugada era reaberto; muitas vêzes, ficava até o dia inteiro fechado. Em Veneza, este bairro é pela primeira vez chamado de **ghetto**. Muitas conjecturas já se têm feito a respeito da etimologia desta palavra **ghetto**. A que mais

provável nos parece, é esta: existem nas línguas latinas expressões como **burgo** = bairro. Em forma diminutiva se encontra em italiano a palavra **borghetto**. E' de supor que na língua popular esta forma de substantivo foi apocopada em **ghetto**.

As massas condenadas a viver nesse bairro não perderam seu ânimo, nem sua fé. Poetas piedosos enriqueceram e assim estenderam a liturgia dos serviços religiosos. Ao lado da sinagoga, chamada **Bet-Haknesset** (lar da comunidade), constrói-se a "casa de dansas", salão modesto, onde a comunidade se reúne para festejar todos os acontecimentos sociais, como casamentos, e realizar reuniões alegres, como por motivo da festa de **Purim** (da rainha Ester). Em cada comunidade existe o **Bet Hamidrash**, casa de estudos, onde jovens e adultos fazem os seus estudos religiosos. Com o correr dos séculos, naturalmente, a vida espiritual no bairro dos judeus tornou-se triste e monótona. Isolados, os seus habitantes tornaram-se humilhados, atrasados no seu nível de educação, saúde e cultura, envolvidos em superstição e medo.

Apesar de tôdas as barragens que separaram de séculos e mais séculos, os judeus da vida contemporânea, sempre havia homens que estavam em íntimo contacto com a língua e a literatura do país em cujo meio viviam, falando o seu idioma, enriquecendo a sua literatura. Assim, por exemplo, os judeus alemães tiveram o seu poeta-trovador (**Minnesaenger**) **Suesskind von Trimberg**, em 1200, contemporâneo do grande **Walter von der Vogelweide**; em 1300, viveu na Itália, o poeta-escritor israelita **Emanuel Ben Salomon**, e em 1350, no meio espanhol, **Santob de Carrion**.

No século XIII, **Marco Polo** descreveu aos europeus a China. Já no século IX, o viajante israelita **Eldad Hadani** explorou regiões distantes da África oriental. No século X como relatamos, o israelita **Casdai Ibn Shaprud** de Córdoba mandara correspondência ao príncipe dos cazaes, no Mar Cáspio, por meio de mensageiros israelitas, recebendo resposta pelo mesmo caminho. Ainda no século XIII, o israelita **Benjamin de Tudela** viajou através de todo o Oriente e chegou, dizem, também ao Tibete e à China.

As suas viagens comerciais e as suas migrações forçadas, ampliaram o horizonte daqueles judeus, que não foram condenados a sofrer a estreiteza do **ghetto**. A história de tôdas as ciências cultivadas na Idade Média, a filosofia, a medicina, a matemática, as ciências naturais, são obrigadas a reconhecer o esforço feito e o estímulo dado pelos hebreus em conjunto com

os árabes. Até imperadores e papas, muitas vêzes contrariando as proibições da Igreja, confiaram a sua vida e a sua saúde a médicos israelitas, formados nas então famosas escolas de medicina de Palermo e de Montpellier. Veremos que, na época dos descobrimentos, Colombo e Vasco da Gama serviram-se dos trabalhos náuticos e dos respectivos instrumentos feitos por astrônomos israelitas.

Em cinco direções, nem sempre claramente distinguidas uma das outras, ramificaram-se, na Idade Média, as atividades culturais israelitas: 1) nos domínios da ciência rabínica, 2) nas obras de grandes comentários e códigos, 3) na poesia litúrgica, 4) na filosofia e 5) na mística.

1) — A miséria em que se vivia nos ghettos, foi compensada pelo imenso amor para com a tradição religiosa. Cada pai esforçou-se para que o filho, no mínimo, soubesse ler e compreender a Bíblia e as rezas. Em muitos lugares, fundaram-se colégios para os estudos talmúdicos e de longe chegaram os alunos para êsses centros da cultura israelita, recebendo ensino gratuito. Muitas vêzes, esforçaram-se as autoridades para impedir, ou no mínimo, restringir o afluxo em massa de tais estudantes. A Itália era a ponte entre os mundos oriental e ocidental, e lá se encontraram os primeiros judeus que trouxeram a ciência rabínica à Europa. A família de Calónimos de Luca que na batalha de Cotrone, em 982, salvou a vida do imperador Oto II, levou a Mogúncia (Mainz), na Renânia, os estudos dos rabinos. Rabi Guerson Ben Jehuda de Metz (960-1040), mestre da ciência talmúdica, viveu em Mogúncia, gozando de tal fama que foi cognominado de “Luz do Exílio”. Por meio das **Takanôt** (decretos) por êle estabelecidas, a lei israelita, até então lei oriental, foi adaptada ao Ocidente. Introduziu Rabi Guerson, por exemplo, o segredo da correspondência e o estatuto da monogamia absoluta, a qual na prática já existia desde os tempos talmúdicos.

2) — Na França setentrional fundou-se uma escola de comentaristas que ainda hoje são considerados como os intérpretes primordiais das Santas Escrituras israelitas. O mais famoso, **Rashi**, Rabi Salomon Ben Isac, de Troyes (1040-1105), formado nos colégios rabínicos da Renânia, rabino-mor da sua cidade natal, comentou tôda a Bíblia e quase todo o **Talmude**, dedicando sua concentração a explicar e esclarecer o próprio texto, sem torcê-lo com sutilezas. O seu método influiu, também, nos comentários bíblicos cristãos. O seu ótimo comentá-

rio do **Talmude**, obedecendo ao mesmo método, tornou-se auxílio indispensável para êste ramo de estudos. Devemos citar, também, David Kimchi (1200), outro famoso comentarista da Bíblia, o qual, junto com seu irmão Moisés, dedicou-se aos estudos lingüísticos do hebraico e foi professor de vários hebraístas cristãos.

O comentário de **Rashi**, feito quase sôbre todo o **Talmude**, foi minuciosamente examinado pelas escolas dos “tossafistas”, fundadas pelos próprios genros do mestre. Estas floresceram durante quase dois séculos na França setentrional e na Alemanha ocidental. Seus métodos nem sempre seguiram o exemplo oferecido por **Rashi**, o de evitar subtilezas. Um dos discípulos desta escola foi o famoso Rabi Meir de Rotemburgo, o qual, prêso pelo imperador Rodolfo de Habsburgo em 1286, recusou-se a ser resgatado por dinheiro, desejoso de não dar novo exemplo para os reis cometerem chantagem contra as comunidades israelitas, prendendo os seus chefes religiosos. Catorze anos depois da sua morte, seu corpo foi libertado por Alexandre Suesskind Wimpfen, o qual mais tarde, conforme o seu pedido, foi enterrado ao lado do querido mestre, no cemitério israelita de Worms. Asher Ben Jechiel, discípulo de Rabi Meir, foi a Toledo levar para a Espanha os frutos dos estudos dos rabinos alemães e, especialmente, a obra inédita do seu saudoso mestre. Seu filho Jacob, falecido em 1340, reuniu todos êstes estudos no livro de **Arba-Turim**, “Quatro Tôrres”, que serviu de base para a obra final, chamada **Shulcan Aruc** (mesa preparada), do Rabi Josef Karo, que viveu no século XV em Constantinopla. Êste **Shulcan Aruc**, tornou-se código-mestre da lei israelita, depois de mais tarde, no século XVI receber adições finais pelo “**Remo**”, Rabi Moisés Isserles de Cracau.

3) As massas encontraram consôlo, fortalecimento e conforto nos serviços religiosos. Com o intuito de congregiar e reanimar os fiéis o mais possível por meio dos serviços tradicionais, a liturgia foi ampliada e enriquecida com novas poesias sinagogais. Em contraste com a Espanha e Itália, onde os judeus participaram da vida espiritual do ambiente em que viviam, a maioria dos judeus da Alemanha e da França setentrional, ficou com a sua vida espiritual restrita ao culto das suas próprias tradições. Nesse ambiente era natural que a devoção piedosa dos poetas (**paetanim**) era maior do que o elan e a beleza das suas obras. Esta poesia do **Piut**, todavia, signi-

ficou a voz que externou a dor e as esperanças derradeiras de centenas de milhares de oprimidos.

4) A filosofia foi cultivada pelos judeus da Provença, região da França. Estes provençais foram os intermediários entre a ciência rabínica dos países do Norte e a filosofia dos judeus da Espanha. Meschulam Ben Jacob de Lunel mandou fazer traduções das obras clássicas da filosofia israelita, escritas em árabe, para o hebraico. As famílias dos Tibbon e dos Kimchi, durante várias gerações, foram os protótipos desses tradutores. Depois de Maimônides, viveram na Provença, no século XIV, os filósofos israelitas Levi Ben-Guerson e Casdai Crescas. Observa-se que o grupo dos **Sefaradim**, judeus da Península Ibérica, em consequência da convivência em ambiente livre e da participação na vida acadêmica, tendem a criar obras sistemáticas, como da filosofia e da codificação da Lei Religiosa, enquanto os judeus centro-europeus, isolados e reprimidos, se dedicam mais à criação de comentários eruditos bem como à instrução da piedade popular, modesta, íntima e sincera. O exemplo típico é o da evolução da mística nos dois domínios.

5) Do encontro da fantasia com a saudade, nasceu a mística. Como doutrina secreta e velha (**Kabala** = tradição), introduziu-se ela na França e na Espanha, espalhando-se rapidamente no meio de todos os que viviam na opressão. A sua obra fundamental é o **Zohar** (brilho) atribuído pela lenda ao Rabi Simon Ben Jocai de Safet na Palestina, que vivia em 160; hoje, não há mais dúvida de que o **Zohar** foi somente redigido em 1300.

Vindo de ambiente sefaradi, esta bem como as demais obras, representam uma mística sistemática, com sistemas cosmológicos quase que matemáticos.

A mística dos judeus alemães não é caracterizada por tal sistemática, e sim por uma simples, sincera e modesta dedicação a Deus. Rabi Samuel de Regensburgo e seu filho Jehuda (século XII), ambos cognominados de “piedosos”, são os orientadores desta devoção religiosa. As doutrinas deram estímulo aos “livros morais”, obras populares que falam da dedicação, da piedade e da moral israelita, sendo o mais afamado e conhecido, o “Livro dos Piedosos”, de Jehuda de Regensburgo, o qual procura exemplificar a sinceridade e a profunda e simples fé com que, naquela época triste, se esperava e confiava em Deus.



A EXPULSÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA.

Em 1290, os judeus foram expulsos da Inglaterra e, em 1394, da França, depois de terem sido três vêzes desterrados e trazidos de volta. Também em 1400, aproximadamente, se efetuou a expulsão quase integral dos judeus da Alemanha.

Enquanto isto se verificava, também o Judaísmo na Espanha chegava ao seu capítulo final. Com os tempos das Cruzadas a luta dos cristãos contra o Islão teve por resultado profundos desentendimentos no próprio mundo maometano. Os fanáticos chegaram ao poder e a tribo radical dos bérberes norte-africanos instituiu o govêrno dos fanáticos e xenófobos almóadas. As comunidades de Sevilha e de Córdova foram aniquiladas e as sinagogas destruídas.

A situação torna-se parecida com aquela em que se encontravam os judeus antes da vinda dos árabes. Outra vez não têm mais pátria, outra vez sofrem ódio, roubo, expulsão, massacre, de nôvo perdem a vida tranqüila de trabalho e de estabilidade. Assim, aproximam-se êles dos soberanos cristãos castelhanos, que os recebem amigavelmente, aproveitando-os como instrumento para a reconquista dos territórios espanhóis. O segundo quartel do século XII, durante o reinado de Afonso VIII (1166-1214), para êles é, outra vez, uma época feliz. Não há restrições de liberdade e o símbolo da situação em que vivem no reino daquele Afonso, é que todos os contratos feitos com os judeus são redigidos em duas línguas, hebraico e latim.

Enquanto as Cruzadas aniquilam em tôda a Europa comunidades israelitas inteiras, em 1212, lutam judeus ao lado dos cristãos na reconquista da Espanha, e os príncipes castelhanos protegem-nos contra os cruzados que vêm da França meridional, ávidos de novos massacres. Em 1236, depois da reconquista de Córdova, em um ato solene e simbólico, recebem os judeus algumas das mesquitas, com o fim de transformá-las em sinagogas. Contra a opinião da Igreja, e até contrariando ordens papais, os israelitas não sòmente ficam isentos de usar vestes distintivas, mas, até diplomatas judeus não são raros, e em 1247 é dada a seus irmãos de Maiorca, Catalunha e Valência a promessa de receberem a cidadania. Depois das conquís-

tas, obtêm êles sua porcentagem de bens, móveis e imóveis, tomados aos inimigos. Os judeus cumprem uma função relevante na vida econômica; nos seus bairros próprios, gozam da autonomia de jurisdição e de administração, e fornecem aos príncipes uma renda alta de taxas, contribuindo destarte para o financiamento das guerras de reconquista.

Posteriormente, o fanatismo clerical foi crescendo; as primeiras leis restritivas, todavia, não são observadas. Os judeus não deviam mais ocupar cargos públicos; Afonso X, porém, confia a judeus altos encargos do Estado. Êles não deviam mais servir de médicos para os cristãos; o médico da côrte é um judeu. Um símbolo distintivo para os judeus é instituído, porém nunca usado. Mas, a agitação clerical produz os seus frutos: comunidades israelitas são assaltadas, os seus lares roubados; em 1391 verifica-se o massacre de Sevilha, com 4.000 mortos e os outros forçadamente batizados. Sacerdotes fanáticos percorrem o país, pregando contra os judeus, sua influência, sua riqueza, seu "paganismo".

Este ano horroroso de 1391 inicia um século dos mais vergonhosos. Judeus, à fôrça batizados, tornam-se **marrãños**, **anusim**, isto é, homens que "forçados" se declaram cristãos, mas, no seu íntimo, sob contínuo perigo de vida, ficam fiéis à religião paterna. As duas palavras têm as etimologias seguintes: **anussim** são os que foram "forçados", **marrãño** é palavra castelhana, que corresponde ao termo francês: **boche**, significando porco, por ser pessoas em que não se pode confiar. Ainda hoje existe em castelhano o termo **costeleta de marrãño**, correspondente a **costeleta de porco**. Como veremos adiante, o termo idêntico de **marrãño** no português ficou sendo "cristão nôvo".

Disputas públicas, a mais conhecida a de Tolosa com a sua extensão por um ano inteiro (1413-1414), marcam o auge do terror, até que, em 1480, são instalados os tribunais da Inquisição. O primeiro inquisidor-mor, Torquemada, monge possuído de um ódio infernal, domina o casal real Fernão de Aragão e Isabel de Castela. Florescem e são públicamente recompensadas a denúncia e a calúnia; as famílias israelitas e de marrãños são dizimadas e as suas posses confiscadas. Em meio da grande época do Renascimento que traz à Europa a luz de uma nova cultura, aparecem o inquisidor-mor e seus assistentes cruéis como fantasmas da decomposição da Idade Média; e as fogueiras com milhares de sêres inocentes massa-

crados por serem fiéis à sua religião paterna, significam o fatal dum mundo perverso.

O tipo do judeu **sefaradi** espanhol, é diferente do do **ashkenasi**, alemão-francês. O **ashkenasi** viveu durante séculos seguidos exposto à perseguição e à opressão ininterruptas. O **sefaradi** desenvolveu o seu caráter em uma época que era a mais brilhante da história israelita, desde o stemplos bíblicos. Ele é um homem livre com horizonte amplo, descendente, muitas vezes, de diplomatas, cientistas, homens de grandes negócios. Continua na dispersão sendo diplomata e comerciante internacional, com o hábito do "grande" espanhol. E', como acabamos de ver, o criador de obras sistemáticas. O judeu **ashkenasi** é o homem com o horizonte, de século em século, cada vez mais estreitado. O judeu **sefaradi** é o homem rico; depois de perder as suas posses confiscadas na Espanha, sabe aproveitar as relações familiares que existem entre os refugiados em todos os continentes, para organizar novos empreendimentos econômicos.

Eis a história de algumas famílias **sefaradim**. Benjamin Mendes da Costa, nascido no fim do século XVII, em Amsterdão, funda em 1760, ano da coroação de Jorge III, a assembléia dos deputados dos israelitas portugueses na Inglaterra, precursora do **Jewish Board of Deputies**, ainda hoje existente. Antônio Moisés da Costa, no século XVIII, é diretor do **Bank of England**. Duarte Nunes da Costa é diplomata português em Hamburgo. Miguel da Costa, nascido em Nápoles, é regente da ópera real de Londres, em 1871.

A família dos Mendes, vinda do Pôrto, foi à Inglaterra, Holanda e a Hamburgo. Francisco, em 1598, funda uma segunda sinagoga **sefaradi** em Amsterdão; outro Francisco funda em Lisboa uma casa bancária, em cuja filial de Antuérpia, chefiada por Diogo Mendes, o imperador Carlos V tem a sua conta corrente. Um parente dêles, Joseph Nassi Mendes, foi a Constantinopla. Em meados do século XVII, uma casa bancária, fundada em Constantinopla, dedica-se a negócios de exportação, que se estendem até à Polônia, e é proprietária de uma companhia de navegação. Joseph Nassi é tão estimado que recebe, como domínio, a cidade de Tiberias, na Palestina, para onde êle convida os marraños a se estabelecerem e a se radicarem. Mais tarde recebe o título de Duque de Naxos e das ilhas do Mar Egeu.

A família dos Aboab: Em 1300, aproximadamente, um homem chamado Isac Aboab, escreve um livro teológico **Me-**

norat Hamaór (castiçal acêso). Um descendente, com o mesmo nome, obtém, em 1492, a licença real para, junto com 30 famílias israelitas, radicar-se no Pôrto. Rabi Isac Aboab da Fonseca vai de Amsterdão a Pernambuco como seu primeiro rabino, e na sua companhia viaja para o Brasil Moisés Rafael D'Aguiar. Um membro de sua família, Diego D'Aguiar, vai no século XVIII a Viena e é nomeado pela imperatriz Maria Teresa barão e conselheiro da corôa pelos Países Baixos e pela Itália. Ele intervém em prol de seus irmãos israelitas em qualquer ocasião que são ameaçados pelo perigo de expulsão. Em meados do século XVIII, por razões desconhecidas, vai fixar residência em Londres, onde seus filhos adotam o nome Pereira.

*

* *

— XV —

OS NOVOS LARES DOS JUDEUS SEFARADIM.

A maioria dos que foram expulsos da Espanha, naquele trágico ano de 1492, dirigiu-se a Portugal, onde, residentes desde os primeiros séculos, alguns judeus ajudaram Afonso Henriques, fundador da nacionalidade portuguesa, nas suas guerras e conquistas. Depois da expulsão dos árabes, D. Sancho I, no intuito de repovoar o seu país, deu autorização ao judeu Josef Ibn Yahia para estabelecer em Lisboa uma colônia hebraica e nela fundar, até, uma sinagoga. Com D. Afonso II, foi introduzida uma legislação anti-semita, inspirada pelas leis canônicas da Igreja, mas com os seus sucessores tolerantes, apesar das queixas do clero, os judeus atingiram altos postos.

Em 1492, nos dias da tragédia dos israelitas da Espanha, o rei D. João II reuniu o conselho em Cintra, cuja maioria não se pronunciou favoravelmente à admissão dos refugiados. Estabeleceram-se, entretanto, as seguintes condições:

- 1). — que a entrada dos fugitivos fôsse dirigida a pontos designados;
- 2). — que êles pagassem uma taxa de entrada, recebendo pela mesma o salvo-conduto;
- 3). — que se lhes concedesse livre trânsito e direito de residência no reino, somente pelo prazo de 8 meses;

4). — que o govêrno português fornecesse os navios para transportá-los onde quisessem, pagando no embarque as respectivas passagens.

Dom Isac Aboab, vindo da Espanha, pediu licença para residir no Pôrto com 30 famílias, sendo-lhe a mesma concedida. Um membro desta pequena colônia foi Abraão Zacuto, antigo professor da Universidade de Salamanca que, por meio dos instrumentos náuticos por êle construídos e fornecidos, ajudou os portugueses a fazerem os seus descobrimentos marítimos. Grande número de pobres imigrados clandestinos foram embarcados e, contrariando as cláusulas do contrato de passagem, levados à África até Tânger e Arzilla, sendo muitos dêstes infelizes assassinados pelos marroquinos, regressando outros a Portugal, cujos reis alternavam entre a aplicação de tolerância e o suplício das escravidão para com os mesmos.

Dom Manuel, cujo pai falecera vítima da violência política, era antigamente amigo dos judeus e contra qualquer ato de vilipêndio. Sonhando com a soberania sôbre tôda a península ibérica, casou-se com a filha de Fernando e Isabel, herdeira do trono espanhol. No contrato nupcial foi estipulado, entre outras condições que dizem respeito à política internacional a seguir, que os judeus fôsem também expulsos de Portugal. Dom Manuel, ainda antes de celebrar o casamento, apressou-se em cumprir a promessa e desterrar os israelitas, inclusive os que já durante séculos estavam radicados no país e em 1536 foi estabelecida, também em Portugal, a Inquisição. Dificultou-se por todos os meios possíveis, a saída dos infelizes para fora do país, sendo o maior suplício pelo qual tiveram de passar, o de verem seus filhos menores de catorze anos roubados pelas autoridades e entregues a pessoas e instituições cristãs, com o fim de serem educados como católicos (17). Os que aceitaram o batismo, foram chamados cristãos-novos; aos outros, devido à intervenção do papa Alexandre IV, por uns vinte anos e até a morte de D. Manuel, foi permitido professar a fé israelita sem serem molestados pela Inquisição.

A maior parte dos exilados da península ibérica encontrou refúgio: a). — no Mediterrâneo que era, ainda, domínio do grande e florescente comércio do Levante, com os seus

(17). — Na biblioteca da Universidade de La Laguna foram em 1933 mostrados documentos ao autor, que contém relações de crianças judaicas roubadas e batizadas à fôrça.

dois centros, a Turquia e a Itália; b). — nos Países Baixos, ponto nevrálgico do então nôvo comércio transatlântico colonial; e c). — nas próprias colônias fundadas nos territórios recém-descobertos, especialmente das Américas, e das Índias Orientais e Ocidentais.

a). — No Mediterrâneo.

A Turquia européia deu aos refugiados **sefaradim** liberdade de escolha da residência e do exercício da profissão. Esta segurança oferecida aos imigrados fêz com que também muitos marraños se dirigissem ao reino turco, e logo se contaram trinta mil habitantes judeus na capital de Constantinopla. Salônica tornou-se quase cidade judeu-espanhola e ali utilizou-se como idioma dos israelitas o velho castelhano até que esta comunidade fôsse destruída pelos alemães na segunda guerra mundial. Os imigrados trouxeram à Turquia importantes relações comerciais e conhecimentos úteis, de maneira que, graças à sua colaboração, aumentou a prosperidade do país. É interessante verificar que êles instruíram o exército turco na nova técnica bélica, modificada pela invenção da pólvora. Salomão Ashkenasi era, como representante do importante império turco, um dos diplomatas afamados do seu tempo. Dom Joseph Nassi, falecido em 1579, Duque de Naxos e das ilhas do Mar Egeu, sonhava com a fundação dum Estado autônomo judeu na Palestina. A situação dos israelitas do Império turco, infelizmente, dependeu da arbitrariedade dos sultões; a falta absoluta de organização e o desperdício que arruínam este Estado, destruíram, também, tôdas as esperanças que os imigrados nêle tinham depositado.

A outros grupos dos exilados **sefaradim** abriram-se Estados e cidades italianas para um refúgio incerto. Em Veneza, centro do comércio levantino, fundou-se uma relevante colônia israelita. Um edito de expulsão, emitido em 1497, ficou sem valor prático; os comerciantes não o queriam cumprir por não poderem renunciar às suas relações econômicas com os judeus e marraños. O bairro judeu de Veneza foi o primeiro de tôda a história, que, em 1516, recebeu o nome oficial de **ghetto**. Nas guerras do século XVI, os judeus participaram como financiadores do esforço bélico da metrópole.

A Toscana convidou os israelitas e marraños, respectivamente, em 1593 para colaborar no nôvo pôrto de Livorno, e concedeu-lhes larga autonomia administrativa e jurídica. Livor-

no tornou-se uma das raríssimas cidades que jamais perderam os seus judeus, — até à tragédia da segunda guerra mundial.

Também em Nápoles foram admitidos, chefiados por Dom Isac Abrabanel, aquêlo diplomata e cientista israelita que conseguira com que trinta famílias israelitas se refugassem temporariamente na cidade do Pôrto. Dom Isac fôra chamado a Nápoles como reorganizador das finanças públicas. Poucos decênios depois, todavia, por ordem do imperador Carlos V, foram os israelitas novamente expulsos, indo parte dêles, outra vez orientada pelo velho mestre, a Ferrara e outros para a Turquia.

Em Ferrara, participaram do século mais feliz e brilhante dêsse território, em evidência pelo florescimento das artes e das ciências, no qual colaboraram em gôzo de plena liberdade e da melhor reputação. Quando se se extinguiu a casa de Este que reinava em Ferrara, os seus territórios foram incorporados à Igreja e postos sob a sua jurisdição.

Também em Roma radicaram-se judeus a partir de 1492, pois os papas, nem sempre, observavam ao pé da letra as leis canônicas restritivas. Do outro lado do rio Tibre, o **Luongo-Tévere**, surgiu um bairro hebreu, dotado de “privilégios”.

Em meados do século XVI, espalha-se na Itália o fanatismo da Inquisição, acompanhado pela reação geral da parte da Igreja que castigou os centros israelitas de Ferrara, Veneza, Bolonha, Roma, com a reintrodução de restrições severas, entre as quais a habitação forçada nos **ghettos**, o uso obrigatório de vestes distintivas, etc.

Parte dos marraños condenados à morte pelo fogo conseguiu fugir e ser abrigada pelos judeus residentes. Ainda no fim do século XVI, foi introduzido o sistema de prédicas de missões, às quais os judeus foram forçados a assistir. A literatura hebraica foi de nôvo declarada suspeita e posta sob as velhas acusações, já tantas vêzes refutadas. Após sérias negociações foi, enfim, permitido que não cessassem tôdas as publicações hebraicas, sendo, porém, introduzido o sistema de severa censura. Depois da invenção da arte tipográfica, todavia, era banido o perigo de serem suprimidas ou perdidas as numerosas obras da cultura e ciência. Em todos os territórios papais, inclusive o de Avinhão na França meridional, encaminharam-se, em consequência da reintrodução da velha legislação canônica anti-judaica, inúmeros processos contra os “heréticos”, além da recondução de todos os judeus ao ambiente triste do **ghetto**.

Esta situação tendeu a aliviar-se no século XVII, especialmente em Veneza e em Pádua, onde os judeus, mais uma vez, alcançaram posições econômicas de importância. Nessa época viviam notáveis cientistas, como Obádia Sforno, o comentarista rabínico; Elia Levita, o gramático do hebraico; e muitos médicos israelitas que, em número de mais de 230, foram diplomados no correr dos anos na Universidade de Pádua.

O século XVI, época do Renascimento, que tem o seu início na Itália e que significa uma revolução profunda no pensamento e na orientação espiritual e humana, assim como no estilo da arte, produziu além das personalidades clássicas, um sem número de homens aventureiros e fantasistas. Também no meio dos israelitas da Itália surgem nesses dias pessoas atraentes e ingênuas, sendo as mais conhecidas Leon da Modena e Josef Salomão Delmedigo, críticos da tradição religiosa, sonhadores, homens dotados com excelente inteligência, mas infelizes, desequilibrados, desarraigados.

Este relato seria incompleto se não mencionássemos aqueles refugiados vindos da Espanha para o Marrocos e África setentrional, os quais, perseguidos pela tragédia, em séculos de opressão e de martírio ininterruptos, chegaram a uma situação de inigualável, quase incrível e inaudita pobreza e miséria.

b). — Países Baixos.

Outros grupos de emigrados sefaradim dirigiram-se da península ibérica para os Países Baixos, centro do novo comércio que se desenvolveu após os grandes descobrimentos de além mar, o muito promissor comércio colonial. Os Países Baixos, tendo-se libertado do domínio e da opressão espanholas, proibiram a perseguição por motivos religiosos, e logo se verificou um afluxo de marraños portugueses. Após longas caminhadas, em 1593, tinham chegado os primeiros marraños a Amsterdão e formado, às escondidas, uma comunidade israelita. Esta foi descoberta e tolerada pelas autoridades. Em consequência disto, a colônia começou logo a crescer. Vieram marraños de todos os países, homens de talento, de instrução, de capacidades comerciais e de fortuna, aos quais o novo comércio, com as suas possibilidades inauditas, organizado nas recém-fundadas companhias coloniais holandesas, ofereceu uma atração sem par. De fato, encontramos até hoje israelitas sefaradim holandeses em tôdas as antigas colônias dos Países

Baixos, especialmente em encargos públicos e como importantes agricultores.

Amsterdão logo tornou-se tão grande centro israelita que foi cognominada de “Nova Jerusalém”. Testemunhas da riqueza eram, até a invasão alemã, a imponente sinagoga, as veneráveis sociedades religiosas e beneficentes israelitas. Os múltiplos desenhos e quadros que fêz Rembrandt van Ryn das personalidades e do ambiente judaicos, trazem-nos uma noção do vulto daquela comunidade.

Hoje sabemos que esta famosa **Kehila** (comunidade) tornou-se matriarca e metrópole de tôdas as colônias de **sefardim**, seja em Londres, Hamburgo, Curaçao, Recife (Pernambuco), Newport-Rhode Island, Nova York.

Um dos chefes espirituais de Amsterdão era Manasse Ben Israel (1604-1657), que negociou com Oliver Cromwell a readmissão dos judeus na Inglaterra, a qual foi obtida apesar da resistência do clero e do próprio Parlamento. Cromwell, por motivos religiosos, permitiu aos israelitas o direito de residir na Grã-Bretanha e de exercer tôdas as profissões comerciais, sob a condição única de não celebrarem serviços religiosos públicos, nem fazerem propaganda religiosa. Com isso, foi em 1656 aberto aos judeus aquêlê país, que mais tarde tornou-se durante séculos o centro do comércio internacional. Durante séculos êles continuaram estrangeiros; ainda em 1753, o governo foi forçado pelo povo a desistir da promulgação duma lei que lhes devia conceder o direito à naturalização.

As escondidas, também, chegaram marraños a Hamburgo, onde o Senado, contra a opinião pública, os admitiu, exigindo dêles preço bem caro pelo direito de residência, e se aproveitou da sua capacidade para colaborar na participação de Hamburgo no nôvo comércio internacional.

Não seria completo êste relato, se deixássemos de mencionar duas tragédias, cujo cenário foi a comunidade israelita de Amsterdão: a de Uriel da Costa e a de Baruc de Espinoza. O primeiro, nascido no Pôrto, de família conceituada, só de longe lembrava-se de que era descendente de marraños. Estudava teologia católica, quando nasceu nêle a vontade de unir-se ao Judaísmo. Com vários membros de sua família foi a Amsterdão. O católico, porém, não compreendeu o credo dos rabinos, e proclamou o “regresso ao Judaísmo bíblico”, contrariando as convicções oficiais. Foi excomungado, depois retornou à fé. Êste regresso tornou-se-lhe humilhante; o judeu catolizante escreveu uma biografia com o título: **Exemplo de uma vida hu-**

mana. — Cheio de desgosto por não ser mais nem judeu nem católico no sentido tradicional, suicidou-se.

Baruc de Espinoza, descendente de marraños portugueses, discípulo do grande Maimônides e dos filósofos do Renascimento, Giordano Bruno e Descartes, não pôde subordinar-se ao Judaísmo tradicional dos rabinos de Amsterdão. Homem de saúde enfraquecida que parece jamais ter recebido amor verdadeiro, viveu a existência de solitário e se tornou autoridade na filosofia. Não aceitou o convite honroso da Universidade de Heidelberg para ocupar o cargo de lente catedrático de filosofia. Viveu na pobreza, ganhando a sua vida polindo lentes óticas, preferindo sua liberdade pessoal às honras e à glória. Morreu aos 44 anos, de tuberculose, excomungado, abandonado por todos, exceto alguns poucos amigos íntimos e fiéis.

Ora, temos de perguntar: Por que fôra banido por sua comunidade? — O panteísmo, desenvolvido nas suas publicações filosóficas, chocou-se com o pensamento dos rabinos e do Judaísmo oficial. Desde que êle não quis revogar as suas idéias, foi punido de uma forma a nós hoje incompreensível. Temos extrema dificuldade em entender a atitude dos rabinos por excomungarem um homem que, na sua filosofia, deu prova de sincera adesão e amor a Deus, mesmo que êstes se manifestassem a favor de uma concepção estranha à tradição religiosa. Talvez seja esta a única explicação: não ousavam os rabinos tolerar a modificação dum credo, pelo qual seus pais tinham lutado e ao qual tinham ficado fiéis, mesmo sob o risco da própria vida e da felicidade de suas famílias.

c). — Nos Novos Continentes.

Entramos no relato da história dos **sefaradim** que, no além mar, encontraram os seus novos lares. Os judeus participaram essencialmente dos descobrimentos marítimos dos portugueses. Do século XII até o XV houve astrónomos e matemáticos israelitas que traduziram e comentaram obras escritas por colegas árabes. A junta dos matemáticos era dirigida pelo judeu José Vizinho, quando inventou o astrolábio náutico. No começo do século XV foi o judeu Jahuda Cresques de Maiorca ensinar a arte náutica aos oficiais lusos. Abraão Zacuto, antigo professor da Universidade de Salamanca, redator dum almanaque náutico perpétuo e inventor de instrumentos náuticos, residente em Lisboa, foi chamado por Dom Manuel para ajudar nos preparativos da viagem de Vasco da Gama, que

descobriu o caminho marítimo para as Índias. Os cálculos de Abraão Zacuto provaram a sua precisão.

Sempre surge de novo a afirmação de que o próprio Cristóvão Colombo era de descendência judaica. Em todo o caso, teve colaboradores israelitas e marraños, cristãos-novos. Os mapas, as tabelas e os cálculos náuticos de Abraão Zacuto forneceram a base científica da expedição. O cristão-novo Luís de Santagel, tesoureiro da rainha, forneceu certa assistência material e a induziu a financiar a empresa, sendo as viagens posteriores de Colombo custeadas com o dinheiro confiscado aos judeus. Existe a lenda de que foi um cristão-novo, Luís de Tôrres, oficial intérprete da expedição, o primeiro que pôs o pé no solo americano. Na armada de Pedro Álvares Cabral, que em 1500 descobriu o Brasil, viajava como conselheiro o cristão-novo de descendência polaca, Gaspar da Gama, chamado também Gaspar das Índias, porque já participara de várias expedições para as Índias. O próprio rei Dom Manuel declarou que os descobrimentos eram devidos a dois fatos: a indagação dos sábios e a coragem dos marujos. E, no meio de ambos êsses grupos sempre houve cristãos-novos em número relevante. O capítulo seguinte dará um relato da história dos israelitas nos continentes do novo mundo.

(Continua).

FR. PINKUSS

Professor de Língua e Literatura Hebraica na Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de
São Paulo